

## OS EUA E O CAPITAL FINANCEIRO

André Guimarães Augusto<sup>1</sup>

Um elemento definidor do capitalismo contemporâneo é o papel central dos EUA e o predomínio do capital financeiro na economia e políticas mundiais. De uma forma geral, a literatura aponta para um reforço mútuo entre o predomínio do capital financeiro e o poder americano. O objeto dessa comunicação é indicar possíveis vulnerabilidades dessa estreita ligação, após uma breve apresentação do processo histórico que a gerou.

Após o final da segunda guerra mundial criou-se um sistema de finanças reguladas, caracterizado no plano internacional pelo controle de capitais e pelas taxas de cambio fixas e ajustáveis. Tal sistema buscava estruturar o capital financeiro internacional contendo sua mobilidade de forma a prevenir a ocorrência de crises no processo de acumulação mundial - tal como ocorrido entre o final da década de 1920 e a segunda guerra mundial - e canalizar o capital financeiro para o financiamento do capital produtivo.

Desde a década de 1960, no entanto, tal sistema começou a revelar suas tensões e vulnerabilidades. Com a retomada da conversibilidade cambial nos países europeus no final da década de 1950 se formou o euromercado, permitindo-se depósitos em dólares na City londrina. O euromercado e o conseqüente aumento do fluxo de dólares na economia mundial passaram a tensionar o eixo do sistema, constituído pela paridade fixa entre o dólar e o ouro.

A primeira reação americana a tensão sobre sua posição hegemônica no sistema monetário mundial foi buscar uma ação conjunta com os países europeus através do *gold pool* e aumentar o controle interno de capitais. Mas as tensões aumentaram ao longo da

---

<sup>1</sup> Professor adjunto do Departamento de Economia da UFF.

década de 1960 com a guerra do Vietnã, o aumento do déficit americano no balanço de pagamentos, o aumento da concorrência no mercado mundial com os países europeus e o Japão e o aumento das tensões sociais em todo o mundo.

No início da década de 1970 o surgimento do déficit na balança comercial americana e o aumento das tensões inflacionárias levaram os EUA a abandonarem a conversibilidade com o ouro e desvalorizarem o dólar para em seguida abandonarem o sistema de cambio fixo e o ouro como referência. O novo sistema de câmbio flutuante e a mudança nos termos de trocas, favoráveis aos países exportadores de matérias-primas, aumentaram o fluxo do capital financeiro mundial.

O crescimento do capital financeiro mundial, - somado ao crescimento das tensões geopolíticas, especialmente as vindas do então chamado terceiro mundo, com a derrota no Vietnã, a crise do petróleo, a revolução iraniana e a invasão soviética no Afeganistão, - se mostrou incompatível com a posição central dos EUA na economia e na política mundiais. O aumento do petróleo direcionava os dólares para os países da OPEP, sendo estes reciclados via euromercado para empréstimos dos países em desenvolvimento, escapando assim do controle americano.

A estratégia americana durante a década de 1970 se mostrou uma mistura dos velhos mecanismos - com a tentativa de controlar o euromercado, reciclando os "petrodólares" através do FMI - e a busca de se aproveitar da liberalização financeira, com o início da retirada do controle de capitais em 1974 e a política de desvalorização do dólar com o objetivo de promover o ajuste nas contas externas. Tal política no entanto se revelou contraproducente, uma vez que levou a uma deterioração cada vez maior do dólar, ameaçado no final da década de 1970 pela sua desvalorização descontrolada.

Diante da resistência dos antigos parceiros em controlar a desvalorização do dólar, os EUA promoveram uma virada em sua estratégia através do brutal aumento das taxas de juros, procurando tirar proveito do capital financeiro que fugia crescentemente ao seu controle e minava sua posição na economia mundial. A partir desse momento o capital financeiro mundial foi centralizado nos EUA, que passou então a promover uma política de liberalização e "financeirização" da economia mundial. Desta forma estavam selados os vínculos entre o capital financeiro mundializado e o Estado norte-americano.

A elevação das taxas de juros americanas não só conteve a inflação e deteve a desvalorização do dólar como direcionou o fluxo do capital financeiro para os EUA. Essa reversão não só permitiu a retomada - ainda que inicialmente lenta - da acumulação dos EUA como passou a contar como um recurso geoestratégico permitindo o financiamento de uma "segunda guerra fria" que levaria ao "enquadramento" do terceiro mundo - pela quebra dos países latino-americanos em 1982, a queda dos preços do petróleo e o auxílio americano a Saddam Hussein na guerra contra o Irã e ao colapso da União Soviética e dos regimes do leste europeu.

A aliança entre os EUA e o capital financeiro mundializado teria levado assim uma nova configuração geopolítica e geoeconômica consolidada nos anos 1990. Nessa nova configuração os EUA funcionariam como um "império", com poderio militar e econômico impossível de ser confrontado, impondo suas necessidades ao sistema mundial. A interpretação dos EUA como um "novo império" fundado no reforço mútuo entre o Estado norte-americano e o capital financeiro mundializado, no entanto, omite as contradições dessa aliança.

A absorção do capital financeiro mundial pelos EUA teria colocado este de volta ao centro da economia mundial nos anos 1990 por meio de três mecanismos: a recuperação

dos investimentos e da produtividade, o aumento do consumo e o financiamento infinito do déficit externo. O elemento que está na base desse mecanismo é o influxo de capitais para os EUA. A absorção do capital financeiro pelos EUA mantém o dólar sobrevalorizado - reforçando seu papel de moeda dominante no sistema mundial - tornando as mercadorias importadas mais baratas, garantindo assim o consumo a preços baixos, e a compra de insumos importados estimulando o investimento e contendo a inflação; além disso o influxo de capitais externos sob a forma de aquisição de ações e obrigações de empresas privadas funciona diretamente no financiamento da acumulação americana.

A contrapartida desses mecanismos é o aumento continuado do déficit externo dos EUA em conta corrente e a concentração de ativos norte-americanos nas carteiras de agentes do resto do mundo, concentrando-se nos últimos anos na posse de títulos da dívida pública americana por parte dos BC's dos países do leste asiático.

A concentração de ativos norte-americanos nas carteiras do resto do mundo é o ponto central da vulnerabilidade da relação entre os EUA e o capital financeiro mundializado. O crescimento contínuo do déficit americano na conta corrente acarreta uma elevação dos ativos retidos pelo resto do mundo, aumentando a sua posição devedora líquida - na qual se encontra desde 1985 - e o conseqüente aumento da renda enviada para o exterior. O prosseguimento dessa situação pode levar os EUA a se tornar um emissor líquido de renda para o exterior, piorando a sua situação na conta corrente e aumentando a sua posição devedora.

Os riscos que emergem dessa situação estrutural são muitos e a capacidade dos EUA de absorver o capital financeiro mundial para financiar o consumo e acumulação internas pode ser estancada diante de determinadas situações conjunturais. Uma desvalorização do dólar em uma conjuntura de crescimento da economia americana pode

gerar novas tensões inflacionárias sem diminuir o déficit externo. A estrutura da economia dos EUA onde predominam os serviços favorece pouco as exportações; além disso a desvalorização do dólar significa uma depreciação das reservas dos países importadores de produtos norte-americanos, levando a uma diminuição de seu poder de compra internacional; por outro lado, o crescimento estimula as importações dos EUA tanto de insumos como de produtos para consumo final. Nessas circunstâncias uma elevação da inflação pode levar o FED a elevar a taxa de juros aumentando a renda enviada para o exterior, o que somado a um déficit comercial resistente, pioraria as contas externas norte-americanas .

A capacidade dos EUA de manter o financiamento externo de sua economia se vê ameaçada nessas circunstâncias pelo aumento do montante necessário para cobrir seu déficit externo, pela desvalorização de sua moeda - e conseqüentemente dos ativos retidos pelo resto do mundo - e pela possível desaceleração do crescimento decorrente da elevação dos juros. Pode se argumentar sempre que, mesmo nessa situação, os países do leste asiático manteriam sua disposição de continuar comprado ativos dos EUA, uma vez que o efeito de desvalorização do dólar não seria sentido por esses países dado sua paridade com essa moeda e a dependência de suas exportações para os EUA.

O aumento do montante do déficit americano a ser financiado pelo resto do mundo, no entanto gera efeitos negativos sobre os países credores. Um excesso de liquidez pode levar ao superaquecimento e a uma situação de superacumulação nos países do leste asiático bem como ao crescimento da inflação. O excesso de liquidez pode também incentivar um relaxamento nas condições para concessão de créditos, levando a uma situação de fragilidade financeira. Intervenções esterilizadas - isto é, a compensação do excesso de reservas por meio de um enxugamento monetário interno - , por sua vez,

acarretam em um custo que depende do montante de reservas a ser esterilizada e do diferencial das taxas de juros desses países com relação à taxa de juros americanas. Se as taxas de juros americanas se elevarem e as reservas a serem esterilizadas continuarem crescendo, o custo das intervenções pode comprometer o crescimento desses países.

Uma expectativa de valorização das moedas nacionais nos países do Leste Asiático, por sua vez, pode levar os agentes privados a converterem seus depósitos em dólar nas moedas nacionais, elevando mais ainda o montante de reservas. Nenhum país com conversibilidade na conta corrente está isento de um ataque especulativo, mesmo com controle de capitais, como demonstra a situação dos países europeus na década de 1960 ou da China durante a crise do leste asiático em 1997. Além disso, uma correção no câmbio por parte dos países do Leste Asiático poderia levar a uma diminuição no valor dos ativos dos Bancos Centrais acarretando em perdas e um possível problema de solvência: diante dessa situação a venda de títulos americanos por parte dos países do leste asiático é extremamente plausível, levando por sua vez, a "desaparição" do seu valor - fictício - e a piora da situação externa norte-americana. De forma contraditória, a capacidade americana de atrair o capital financeiro mundializado para financiamento de sua economia estaria comprometida, nessas circunstâncias, por uma crise nos países credores induzida pelas condições da economia norte americana.

Os possíveis encadeamentos conjunturais em uma situação de vulnerabilidade estrutural dos EUA, levam a uma conclusão diferente da estabelecida por PANITCH, L. E GINDIN, S.<sup>2</sup> A dependência externa dos EUA não se refere apenas a "distribuição de

---

<sup>2</sup> Panitch, L.; Gindin, S.; *Global Finance and American Empire*. Congrès Marx International IV, Paris, 2004.

ativos", mas inclui também uma dimensão de "distribuição de poder". A distribuição de ativos e a distribuição de poder se relacionam, primeiramente pela própria natureza do capital produtor de juros e, em segundo lugar, pela nova configuração internacional que proporciona uma tendência ao que se denomina nesse trabalho como "economicização" do político

Os ativos detidos pelo resto do mundo - e concentrados nos países do leste asiático - representam títulos de propriedade sobre o capital e a produção americana, direitos sobre a produção futura dos EUA. Separam-se entre entidades politicamente diferenciadas, entre Estados nacionais, o "capital ativo" e sua propriedade<sup>3</sup>. A redistribuição da propriedade sobre a produção e o capital norte americano em favor do resto do mundo, representa assim uma redistribuição da relação contraditória entre credor e devedor no plano internacional. Tal relação não é meramente contábil mas inclui uma dimensão de poder. Os detentores de títulos de propriedade podem fazer valer o seu direito a qualquer momento e essa é a condição para que retenham esses títulos; além do mais tem o direito a um rendimento, a uma participação sobre a produção dos devedores.

Em segundo lugar, se a Guerra Fria permitia uma "politização" das relações econômicas entre os Estados - resultante da subordinação da competição econômica entre os Estados à garantia de segurança do mundo capitalista frente à alternativa comunista - , a concentração do capital financeiro mundializado nos EUA e o poderio militar norte-americano invertem a pauta, desencadeando uma tendência à "economização" da política internacional. Embora não se trate de secundar os autores que propalam a substituição da geopolítica pela geoeconomia, deve se constatar que as divergências econômicas ganham crescentemente um caráter político, como pode se constatar na política agressiva do

---

<sup>3</sup> MARX, K. *O Capital. Crítica da economia política*, volume 3. São Paulo, DIFEL, 1987

governo Clinton em relação ao Japão no início dos anos 1990, repetida agora nas relações dos EUA do governo Bush com a China.

Se a centralização do poder do capital financeiro nos EUA e o fim da Guerra Fria resultaram em uma capacidade dos EUA de exercer seu poder militar sobre o resto do mundo de forma jamais vista em nenhum momento da história, essa concentração do poder militar traz novas contradições.

Em primeiro lugar, o fim da Guerra Fria traz, por um lado, um vácuo na legitimação do uso do poder militar americano em nome de um objetivo de segurança comum para os países capitalistas. A ausência desse objetivo comum leva a uma dissociação e crescente contradição entre poder militar e sua aceitação, isto é, sua legitimidade<sup>4</sup>. Não há indícios de que essa ausência de legitimidade se traduza em confronto militar entre as grandes potências, ficando restrita às divergências diplomáticas; por outro lado a falta de legitimação associada à necessidade de financiamento externo da economia americana deixa em aberto a questão da disposição dos países credores em continuar financiando - direta ou indiretamente - a estrutura militar norte-americana.

Mais importante porém, é a dificuldade dos EUA de "enquadrar" o antigo terceiro mundo. Se por um lado a difusão de políticas neoliberais nos anos 1990, em especial na América Latina, favoreceu a centralização financeira nos EUA, por outro, reações recentes tem levado a uma crescente rejeição das populações ao custo dessas políticas e uma reivindicação e atuação desses países por uma nova ordem econômica e política internacional. Aqui também aparecem indícios de uma tendência à "economização" da política

---

<sup>4</sup> ARRIGHI, G. Rough Road to Empire. In: Faruk Tabak, (ed) Triadic Competition? U.S, Europe and Japan. Boulder, Colorado; Paradigm Press, 2004.



internacional, com o endurecimento nas negociações comerciais internacionais e, pontualmente, a rejeição das políticas do FMI como no caso da Malásia e do *default* argentino.

Mais paradoxal e contraditório nessa difícil relação dos EUA com os países do terceiro mundo é a estranha possibilidade, que já se desenha, de que os EUA se tornem crescentemente dependentes de alguns desses países. Ao passar para a condição de devedor os EUA se incluem no "clube dos endividados"; mas a dinâmica de crescente concorrência econômica entre os países e a necessidade de aumento de obtenção de receitas de exportações movida pelo próprio endividamento dos países do terceiro mundo, aponta para a possibilidade deste, embora permanecendo devedores líquidos, passem a posição de credores dos EUA, ampliando a relação já presente hoje entre os EUA e os países do Leste Asiático e aumentando assim a vulnerabilidade norte-americana<sup>5</sup>.

A parte todos os indícios de uma tendência à "economização" das relações políticas entre os EUA e os países do antigo terceiro mundo - de resto encetada pelo próprio EUA ao substituir em grande parte a intervenção militar direta pela centralização financeira e as difusão das políticas neoliberais - ainda permanece um espaço não enquadrado econômica e, ao que tudo indica, militarmente: o oriente médio. O inigualável poderio militar americano, não tem sido capaz de lidar com a resistência no Iraque e no Afeganistão. Os conflitos no oriente médio tem sido um problema de segurança intratável, embora não sejam percebidos como uma ameaça global ao funcionamento do capitalismo - ou pelo menos, gerando divergências de como tratá-lo.

---

<sup>5</sup> DUMENIL, G.; LEVY, D.; *L'impérialisme états-unien est-il en crise ?* Congrès Marx International IV, Paris, 2004.

Não se trata evidentemente de aventar a possibilidade de um confronto militar nos moldes das grandes guerras mundiais; um paralelo razoável, no entanto, é o confronto no Vietnã. A situação atual de enfrentamento militar nos países islâmicos pode gerar repercussões econômicas e de legitimação política para os EUA análogas as que ocorreram na guerra do Vietnã; adicionando-se o agravante da posse por parte dos países do árabe do Oriente médio de um recurso de grande relevância para a economia norte-americana, o petróleo, e a posição devedora líquida dos EUA.

Não se pode prever que a supremacia americana acabe em um confronto como as guerras mundiais do século XX nem em uma crise econômica com a amplitude e profundidade da Grande Depressão dos anos 1930. No entanto, as contradições indicadas nesse trabalho, levam a duvidar da formação de um império incontestável e invulnerável que teria resultado da aliança entre os EUA e o capital financeiro mundializado.